



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

B-4

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2015

CIDADES

MP cobra da Saúde plano de segurança em hospitais

Promotoria deu prazo de 15 dias para apresentar cronograma específico

Greycy Andrade
DA EQUIPE JC

Na audiência realizada na manhã de ontem, na sede Ministério Público Estadual de Sergipe (MPE-SE), os promotores de Justiça Nilzir Soares Vieira e Antônio Forte de Souza Júnior, foi dado o prazo de 15 dias para que a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e Secretaria de Estado da Saúde (SES) apresentem um cronograma específico para a elaboração e implantação dos planos de segurança tanto de pessoas como estrutural nas unidades gerenciadas pela fundação.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Área da Saúde do Estado de Sergipe (Sintasa), Augusto Couto, na audiência foi constatado pela promotoria que a FHS não cumpriu com os compromissos preliminarmente firmados anteriormente, como o de fazer o levantamento situacional para elaboração dos planos de segurança dos hospitais, “bem como a necessária revisão do contrato de prestação de serviço de segurança com empresa terceirizada para contemplar a segurança de pessoas e não apenas a patrimonial”, explicou.



Jadilson Simões

AUGUSTO
Couto,
presidente
do Sintasa,
explica que
é necessária
a revisão do
contrato de
prestação de
serviços de
segurança
com empresa
terceirizadas

Couto acrescenta que houve a apuração que a FHS não elaborou a implantação do projeto de segurança contra incêndio e pânico nas unidades hospitalares gerenciadas pela fundação, tema significativo, uma vez que um sinistro pode ocorrer, “como aconteceu no último domingo na Central de Logística (Celog/FHS), onde foram perdidos materiais e medicamentos, comprometendo a já deficiente assistência prestada aos pacientes do SUS”, pontuou.

O presidente do Sintasa denunciou ainda que só exist

tem dois policiais militares nas guaritas do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), solicitando, portanto, o aumento do quantitativo. E também reclamou que nos hospitais do interior não existe ronda policial para inibir a ação dos vândalos. “O sentimento dos servidores que trabalham nos hospitais é de total insegurança, visto que a empresa terceirizada que presta serviço à FHS dá segurança apenas patrimonial e não incluem as pessoas”, reclama Augusto, adiantando que hoje haverá uma reunião com a gestão da

FHS para tentar adiantar uma solução para esse problema.

Participaram da audiência, além do promotor Nilzir Soares Vieira, o diretor do Centro de Apoio Operacional dos Direitos à Saúde; o promotor Antônio Forte de Souza Júnior, da 9ª Promotoria de Defesa dos Direitos do Cidadão, especializada na Defesa dos Direitos à Saúde; e representantes do Sintasa, Seese, FHS e SES, representantes dos trabalhadores do Huse, do Coren, e do Sindicato Samu 192. A Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Militar não levaram nenhum representante.